



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

LEI Nº 1.330 – de 24 de junho de 2020.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração da lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e é promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2021, as Diretrizes Gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município, e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer às disposições constantes dos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 4º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá "reserva de contingência", identificado pelo código 99999999 em montante equivalente a no mínimo um por cento (1%) da Receita Corrente Líquida, que também poderá ser utilizado para suporte à abertura de créditos adicionais, inclusive no suporte de eventuais riscos fiscais.

§1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem para a contratação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

obras, bens e serviços, os limites estabelecidos, respectivamente, nas letras "a" dos incisos I e II do artigo 23 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observará as normas estabelecidas pela Portaria nº 399, de 29/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional;

§3º - O Orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

§4º - Na elaboração e durante a execução do orçamento de 2021, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar as despesas orçadas com as receitas estimadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 5.º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

§1º - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária parcial, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar 101, de 2000.

§2º - No caso de arrecadação a maior ou a menor relativa ao somatório da receita tributária e das transferências no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, no período a decorrer entre a data de envio da proposta orçamentária parcial pelo Poder Legislativo e o encerramento do exercício financeiro, deverá o Poder Executivo encaminhar projeto de Lei para adequação da Lei Orçamentária Anual – LOA ou crédito especial, no prazo de 30 dias após o encerramento do exercício financeiro, para o fim de cumprir integralmente o limite da despesa do Poder Legislativo, previsto no artigo 29-A, caput, e incisos de I a VI, da Constituição da República, conforme o caso.

§3º - No caso de haver redução da dotação orçamentária do legislativo para atendimento do artigo 29-A, da constituição da República, o poder legislativo encaminhará ao poder executivo até 30/01/2021 via ofício, as informações sobre qual ficha orçamentária sofrerá a devida redução, para que o poder executivo possa atender o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 6.º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I – Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II – Austeridade na gestão dos recursos públicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

III- Modernização na ação governamental;

IV - Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;

V - A discriminação da despesa, quanto a sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos termos do art. 15, da Lei 4.320/64.

Art. 7.º - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do §1º do artigo 31, todos da lei complementar nº 101/2000, o poder executivo e o poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

- a) Racionalização de despesas com diárias, viagens e aquisição de equipamentos;
- b) Redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos
- c) Contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;
- d) Racionalização de despesas com horas extras e gratificações.

§1º- Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º- No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I- Com pessoal e encargos patronais;

II- Com a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da lei complementar nº 101/2000.

§3º- Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o poder executivo comunicara ao poder legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência a eficácia ao poder público municipal.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Art. 9º - As movimentações do quadro de Pessoal, alterações salariais de que trata o artigo 169, §1º, da C.F., somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente e estiverem atendidos os requisitos e limites da L.R.F, tanto pelos órgãos, entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações.

Art.10 - A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anuidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 11 - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade dos Anexos que dispõe sobre as Metas Fiscais.

§1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§5º - A contabilidade registrara os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira ocorridos, ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

§6º - A Contabilização de receitas e despesas será efetivado de acordo com as Novas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Art. 12 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, observadas as exigências da legislação e instruções em vigor, e condicionada:

- a) Ao reconhecimento como de utilidade pública, a través de Lei Municipal;
- b) A comprovação das prestações de contas de recursos anteriormente recebidos;
- c) A aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado de recursos anteriormente recebidos, desde que já tenham sido julgados;
- d) Certificação por Conselho Municipal ligado a área de atuação da entidade beneficiária;
- e) Manifestação prévia e expressa do setor técnico e da Assessoria Jurídica do concedente de modo a verificar a vantagem econômica para o Município e a legalidade da concessão do benefício;
- f) Declaração de funcionamento regular, emitida por autoridade do Município ou de outro nível de governo;
- g) Declaração atestando que os Dirigentes da entidade não são agentes políticos do órgão concedente.

Parágrafo Único – Os convênios que eventualmente forem firmados pelo Executivo Municipal, poderão ter a cobertura orçamentária através de créditos adicionais especiais ou suplementares, conforme o caso.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;
- II- Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III- abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária Anual, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV – Transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária Anual;
- V – abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

§1º - Não onerarão o limite previsto no inciso III deste artigo, os créditos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

I – Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 5%(cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

II – Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.

§2º - Observados os limites a que se referem os incisos III, IV e V deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada nesta lei;

§3º - Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

Art. 14 – Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o final do exercício de 2020 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§1º - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I – Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II – Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações.

III – Emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV – Os Planos, LDO, Orçamentos, prestação de Contas, parecer do T.C.E, serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficará à disposição da comunidade.

V – O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes, na conformidade com a L.O.M.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Art. 15 – O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades das Administrações direta e indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 16 – O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens e/ou gratificações, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101 de 04/05/2000.

§1º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§2º - A revisão geral anual dos servidores municipais será feita observando a data base do Município.

Art. 17 – Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes do Anexo V e VI, que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

§1º - Para cumprimento do disposto no art. 4º, I, da L.R.F., integrará esta Lei, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

§2º - As prioridades definidas nos anexos desta lei poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

Art. 18 – O município aplicará, no mínimo, 25%(vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela E.C. nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Art. 19 – A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

I – Mensagem;

II – Projeto de Lei Orçamentária;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

III – Tabelas explicativas da receita e despesa dos três últimos exercícios.

§1º - A Câmara não entrará em recesso enquanto não devolver o Projeto de Lei para sanção do Poder Executivo.

Art. 20 – Integrarão a Lei orçamentária anual:

- I – Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II – Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III – Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV – Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 21 – O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentário à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 22 – É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autoridades em Lei e Convênio.

Art. 23 – O Orçamento será executado de forma sintética.

CAPÍTULO IV DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA MUNICIPAL

Art. 24 – Fará parte integrante da Lei Orçamentária, demonstrativos discriminando as receitas e despesas do Serviço de Previdência Municipal de Ribeirão Grande – SEPTEM-RG.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 – O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 26 – Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas, repriorizando-as, sempre que houver necessidades em função da demanda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Art. 27 – É autorizado ao Chefe do Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2020, a incluir novos elementos de despesas e novas Fontes de Recursos, para execução dos Orçamentos.

Art. 28 – Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais, apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada, inclusive será adequado e compatibilizado os Programas e Ações entre as Peças Orçamentárias.

Art. 29 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ELIANA DOS SANTOS SILVA
Prefeita Municipal

Ciente, publique-se.

WILSON GRILLO
Governo e Infraestrutura



Folha Nº 02
Proc. Nº 100/20
Assinatura: *[assinatura]*

MENSAGEM

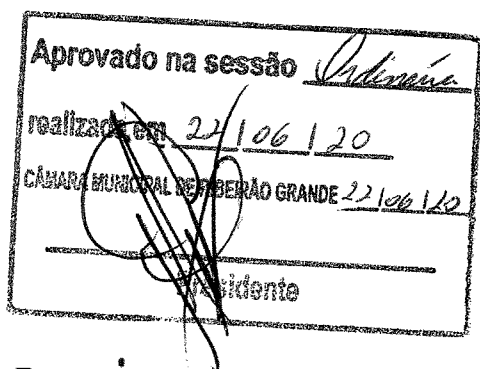
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, á apreciação dessa Egrégia Camará Municipal, o anexo Projeto de Lei nº 003/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do Orçamento – Programa para o exercício financeiro de 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 164, 2º da Constituição Federal e ao artigo 4º da lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 4 de maio de 2000), discutido em audiência pública.

O referido Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo exercício contempla os programas de governo que foram estabelecidos no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, estando de acordo com as exigências contida na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo destacar o Anexo de Metas Fiscais, para as Receitas, despesas, resultado primário, montante da dívida pública, para os três exercícios seguintes, atendendo assim o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre o Executivo e Legislativo, e que submetemos a V.Exa., o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, lembrando que o mesmo deverá ser devolvido para a sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

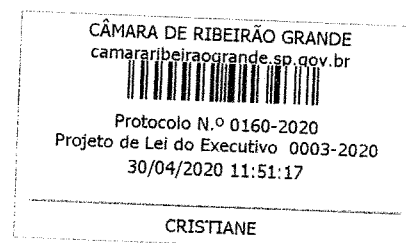
Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os Protestos de elevada estima e consideração.



Exmo. Sr.
MARCELO LUIS NUNES
DD. Presidente da Câmara Municipal
RIBEIRÃO GRANDE - SP.

Atenciosamente,

[assinatura]
ELIANA DOS SANTOS SILVA
Prefeita Municipal





Folha Nº 03
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

DESPACHO

Protocolo se inclui no expediente da sessão.

04/05/2020

Presidente

CÂMARA DE RIBEIRÃO GRANDE
camararibeiraogrande.sp.gov.br



Protocolo N.º 0160-2020
Projeto de Lei do Executivo 0003-2020
30/04/2020 11:51:17

CRISTIANE

PROJETO DE LEI Nº 003 – de 15 de abril de 2020.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração da lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, e dá outras Providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e é promulgada a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício de 2021, as Diretrizes Gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município, e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 2º - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer às disposições constantes dos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 4º - A proposta orçamentária, que não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterà “reserva de contingência”, identificado pelo código 99999999 em montante equivalente a no mínimo um por cento (1%) da Receita Corrente Líquida, que também poderá ser utilizado para suporte à abertura de créditos adicionais, inclusive no suporte de eventuais riscos fiscais.

§1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos, respectivamente, nas letras “a” dos incisos I e II do artigo 23 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

§2º - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observará as normas estabelecidas pela Portaria nº 399, de 29/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional;

§3º - O Orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, seus fundos e entidades das Administrações direta e indireta, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

§4º - Na elaboração e durante a execução do orçamento de 2021, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar as despesas orçadas com as receitas estimadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Folha Nº 04
Proc. Nº 160/20

Art. 5.º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

§1º - O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária parcial, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar 101, de 2000.

§2º - No caso de arrecadação a maior ou a menor relativa ao somatório da receita tributária e das transferências no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, no período a decorrer entre a data de envio da proposta orçamentária parcial pelo Poder Legislativo e o encerramento do exercício financeiro, deverá o Poder Executivo encaminhar projeto de Lei para adequação da Lei Orçamentária Anual - LOA ou crédito especial, no prazo de 30 dias após o encerramento do exercício financeiro, para o fim de cumprir integralmente o limite da despesa do Poder Legislativo, previsto no artigo 29-A, caput, e incisos de I a VI, da Constituição da República, conforme o caso.

§3º - No caso de haver redução da dotação orçamentária do legislativo para atendimento do artigo 29-A, da constituição da República, o poder legislativo encaminhará ao poder executivo até 30/01/2021 via ofício, as informações sobre qual ficha orçamentária sofrerá a devida redução, para que o poder executivo possa atender o prazo estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 6.º - A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I - Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III - Modernização na ação governamental;
- IV - Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
- V - A discriminação da despesa, quanto a sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos termos do art. 15, da Lei 4.320/64.

Art. 7.º - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do §1º do artigo 31, todos da lei complementar nº 101/2000, o poder executivo e o poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

- a) Racionalização de despesas com diárias, viagens e aquisição de equipamentos;
- b) Redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos
- c) Contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;
- d) Racionalização de despesas com horas extras e gratificações.

§1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I - Com pessoal e encargos patronais



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Folha Nº 05

Proc. Nº 160/10

Fm. 10/10

II- Com a preservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da lei complementar nº 101/2000

§3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o poder executivo comunicara ao poder legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência a eficácia ao poder público municipal.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 9º - As movimentações do quadro de Pessoal, alterações salariais de que trata o artigo 169, §1º, da C.F., somente ocorrerão se houver dotação orçamentária suficiente e estiverem atendidos os requisitos e limites da L.R.F, tanto pelos órgãos, entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações.

Art.10 - A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anuidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 11 - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade dos Anexos que dispõe sobre as Metas Fiscais.

§1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§2º - As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§5º - A contabilidade registrara os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira ocorridos, ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Folha Nº 06

Proc. Nº 160/90

§6º - A Contabilização de receitas e despesas será efetivado de acordo com as Novas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Art. 12 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação, observadas as exigências da legislação e instruções em vigor, e condicionada:

- a) Ao reconhecimento como de utilidade pública, a través de Lei Municipal;
- b) A comprovação das prestações de contas de recursos anteriormente recebidos;
- c) A aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado de recursos anteriormente recebidos, desde que já tenham sido julgados;
- d) Certificação por Conselho Municipal ligado a área de atuação da entidade beneficiária;
- e) Manifestação prévia e expressa do setor técnico e da Assessoria Jurídica do concedente de modo a verificar a vantagem econômica para o Município e a legalidade da concessão do benefício;
- f) Declaração de funcionamento regular, emitida por autoridade do Município ou de outro nível de governo;
- g) Declaração atestando que os Dirigentes da entidade não são agentes políticos do órgão concedente.

Parágrafo Único - Os convênios que eventualmente forem firmados pelo Executivo Municipal, poderão ter a cobertura orçamentária através de créditos adicionais especiais ou suplementares, conforme o caso.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária Anual, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária Anual;
- V - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

§1º - Não onerarão o limite previsto no inciso III deste artigo, os créditos:

I - Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

II - Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Folha Nº 07

Proc. Nº 16042

Folha Nº

§2º - Observados os limites a que se referem os incisos III, IV e V deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada nesta lei;

§3º - Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

Art. 14 – Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o final do exercício de 2020 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§1º - Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I – Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II – Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações.

III – Emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

IV – Os Planos, LDO, Orçamentos, prestação de Contas, parecer do T.C.E, serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficará à disposição da comunidade.

V – O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes, na conformidade com a L.O.M.

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO GERAL

Art. 15 – O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, e as entidades das Administrações direta e indireta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão, e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 16 – O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens e/ou gratificações, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101 de 04/05/2000.

§1º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§2º - A revisão geral anual dos servidores municipais será feita observando a data base do Município.

Art. 17 – Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes do Anexo V e VI, que faz parte integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Folha Nº	08
Proc. Nº	169/20

§1º - Para cumprimento do disposto no art. 4º, I, da L.R.F., integrará esta Lei, os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

§2º - As prioridades definidas nos anexos desta lei poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

Art. 18 - O município aplicará, no mínimo, 25%(vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal, e os limites estabelecidos pela E.C. nº 29/2000, nas ações e serviços de saúde.

Art. 19 - A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, compor-se-á de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei Orçamentária;
- III - Tabelas explicativas da receita e despesa dos três últimos exercícios.

§1º - A Câmara não entrará em recesso enquanto não devolver o Projeto de Lei para sanção do Poder Executivo.

Art. 20 - Integrarão a Lei orçamentária anual:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II - Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III - Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 21 - O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentário à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 22 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autoridades em Lei e Convênio.

Art. 23 - O Orçamento será executado de forma sintética.

CAPÍTULO IV DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA MUNICIPAL

Art. 24 - Fará parte integrante da Lei Orçamentária, demonstrativos discriminando as receitas e despesas do Serviço de Previdência Municipal de Ribeirão Grande - SEPREM-RG.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Rua Professora Jacira Landim Stori, S/N - Estado de São Paulo
Assessoria Jurídica - FONE (XX15) 3544-8800 - Ramal 212

Folha Nº	09
Proc. Nº	100/20
Função	

Parágrafo Único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 26 – Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas, repriorizando-as, sempre que houver necessidades em função da demanda.

Art. 27 – É autorizado ao Chefe do Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2020, a incluir novos elementos de despesas e novas Fontes de Recursos, para execução dos Orçamentos.

Art. 28 – Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais, apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada, inclusive será adequado e compatibilizado os Programas e Ações entre as Peças Orçamentárias.

Art. 29 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ELIANA DOS SANTOS SILVA
Prefeita Municipal

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

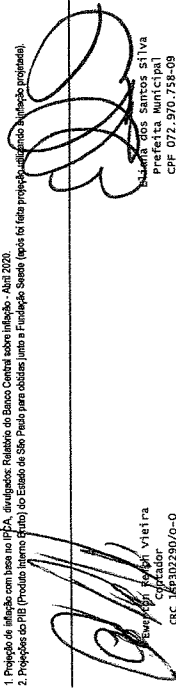
AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)		Metas Realizadas em 2019 (a)		Variação	
	% PIB	Valor (a)	% PIB	Valor (b)	Valor (c) = (b-a)	% (c/b)
Receita Total	0,00	31.525.657,00	0,00	27.953.252,31	(3.572.404,69)	(11,33)
Receitas Primárias (I)	0,00	30.131.259,00	0,00	26.442.338,46	(3.688.900,54)	(12,24)
Despesa Total	0,00	29.023.157,00	0,00	25.096.509,64	(4.732.247,36)	(15,86)
Despesas Primárias (II)	0,00	30.043.467,56	0,00	25.016.578,54	(5.024.489,02)	(16,72)
Resultado Primário (I-II)	0,00	87.791,44	0,00	1.423.379,52	1.335.588,08	1,521,32
Resultado Nominal	0,00	736.472,00	0,00	1.496.641,52	760.169,52	103,22
Dívida Pública Consolidada	0,00	3.000.000,00	0,00	2.229.550,58	(770.449,42)	(25,68)
Dívida Consolidada Líquida						

FONTE:

NOTAS:

1. Propriedade de ligação com base no PPA, diretrizes, Relatório de Banco Central sobre Indicação - Abril 2020.
2. Propriedade do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de São Paulo para o ano de 2019 (dados de 2019, dados de 2020, dados de 2021).


Benedito José da Silva
Prefeito Municipal
CPF 072.970.758-09

Folha Nº 21
Proc. Nº 166/20
Folha 1/1

DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

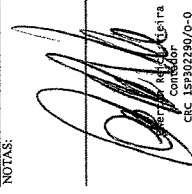
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

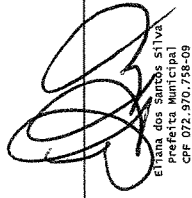
AMF - Tabela 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)						RS 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio Capital	9.359.073,47	48,82	9.359.073,47	52,50	9.359.073,47	58,83
Reservas	9.809.863,05	51,18	8.468.475,98	47,50	6.258.281,07	40,07
Resultado Acumulado	19.168.937,32	100,00	17.827.549,45	100,00	15.617.354,54	100,00
TOTAL						

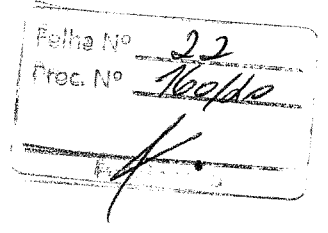
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	6.585.787,48	100,00	3.791.110,00	100,00	927.125,27	100,00
Resultado Acumulado	6.585.787,48	100,00	3.791.110,00	100,00	927.125,27	100,00
TOTAL						

FONTE: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA PREFEITURA E CÂMARA E ISOLADO DO SEPREM

NOTAS:


 RENE KASSABUSCEIRA
 Controlador
 CRC 1SP302280/O-0


 Eliana dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF 072.970.758-09



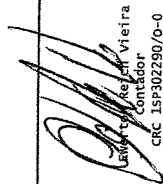
DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

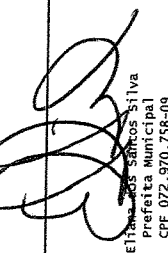
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00	
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	%
Receita Total	30.976.686,00	31.525.657,00	1,77	33.838.000,00	7,33	25.318.745,00	(25,18)	26.946.531,00	4,07	26.355.626,00	0,03	
Receitas Primárias (I)	28.740.216,00	30.131.259,00	4,84	30.259.511,00	0,43	23.991.786,40	(20,71)	24.946.391,88	3,98	24.953.486,41	0,03	
Despesa Total	28.540.216,00	29.829.157,00	4,52	25.271.359,55	(15,28)	23.286.359,75	(1,42)	25.943.746,98	4,14	26.046.761,98	0,40	
Despesas Primárias (II)	28.440.216,00	30.043.467,56	5,64	23.656.359,55	(21,26)	23.286.359,75	(1,52)	24.215.696,98	3,95	24.197.748,48	(0,07)	
Resultado Primário (I - II)	300.000,00	87.814,44	(70,74)	6.603.151,45	7.421,41	665.427,65	(89,47)	730.694,90	5,07	755.737,93	3,43	
Resultado Nominal	25.000,00	736.472,00	2.845,89	8.793.740,45	1.094,04	779.033,65	(91,14)	814.975,06	4,61	840.018,09	3,07	
Dívida Pública Consolidada	18.865,56	3.000.000,00	15.785,15	2.500.000,00	(16,67)	2.500.000,00		2.140.000,00	(14,40)	1.780.000,00	(16,82)	
Dívida Consolidada Líquida												

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ 1,00	
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	%
Receita Total	33.126.038,05	32.320.103,56	(2,43)	33.838.000,00	4,70	24.462.555,56	(27,71)	24.596.635,63	0,55	23.771.264,62	(3,36)	
Receitas Primárias (I)	30.734.388,08	30.890.566,73	0,51	30.259.511,00	(2,04)	23.180.469,95	(23,39)	23.287.723,76	0,46	22.506.615,05	(3,35)	
Despesa Total	30.520.510,65	30.580.851,76	0,20	25.271.359,55	(17,36)	24.069.545,65	(4,76)	24.218.765,41	0,62	23.492.686,97	(3,00)	
Despesas Primárias (II)	30.413.572,24	30.600.562,94	1,27	23.656.359,55	(23,20)	22.508.559,18	(4,85)	22.605.612,25	0,43	21.824.892,74	(3,45)	
Resultado Primário (I - II)	320.816,84	90.033,78	(71,95)	6.603.151,45	7.236,53	671.910,77	(89,82)	682.111,51	1,52	681.532,31	(0,07)	
Resultado Nominal	26.734,65	755.031,09	2.774,17	8.793.740,45	1.064,69	752.899,52	(91,44)	780.767,94	1,08	757.648,19	(0,41)	
Dívida Pública Consolidada	20.195,96	3.075.600,00	15.129,79	2.500.000,00	(18,72)	2.415.458,94	(3,38)	1.997.712,90	(17,29)	1.605.458,02	(19,64)	
Dívida Consolidada Líquida												

FONTE:

NOTAS:
1. Projeção de inflação com base no IPCA divulgado pelo IBGE sobre inflação - Abril 2020.
2. Projeção do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de São Paulo para cidades junto a Fundação Seade (após foi feita projeção utilizando o índice de população).


Edson José de Almeida
Contador
CRC 15P302290/O-0

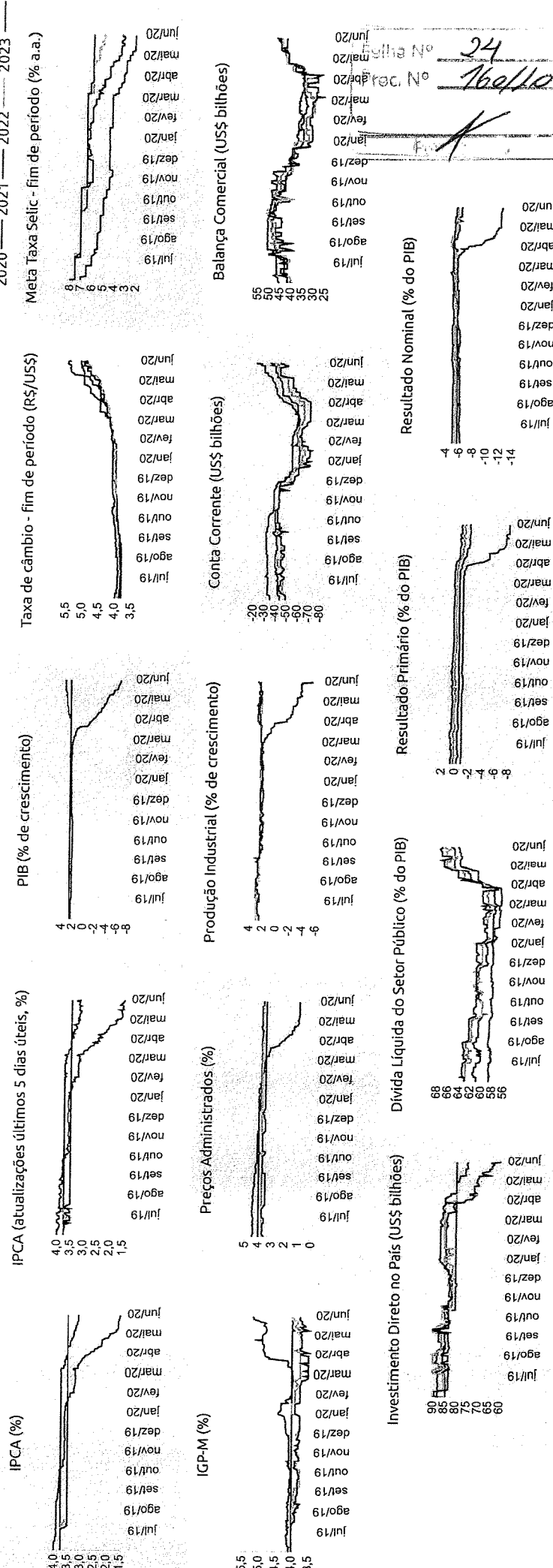

Etiane dos Santos Silva
Prefeita Municipal
CPF 072.970.758-09

Folha Nº 23
Proc. Nº 169/16
Folha 1/1

ediana - Agregado

Mediana - Agregado												
	2020			Resp. **	2021			Resp. **	2022			Resp. **
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal *		Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal *		Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal *	
A (%)	1,76	1,55	1,53 ▼ (13)	105	3,25	3,10	3,10 = (1)	97	3,50	3,50	3,50 = (45)	82
A (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	1,64	1,65	1,53 ▼ (1)	49	3,25	3,22	3,15 ▼ (1)	44	3,50	3,50	3,50 = (45)	33
(% de crescimento)	-4,11	-6,25	-6,48 ▼ (17)	72	3,20	3,50	3,50 = (2)	70	2,50	2,50	2,50 = (111)	51
taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,00	5,40	5,40 = (2)	97	4,83	5,08	5,08 = (1)	84	4,54	4,83	4,90 ▲ (1)	70
taxa Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	2,50	2,25	2,25 = (3)	104	3,50	3,38	3,50 ▲ (2)	95	5,50	5,13	5,00 ▼ (1)	79
PM (%)	4,88	4,99	5,21 ▲ (3)	59	4,00	4,00	4,00 = (2)	51	3,75	3,83	3,85 ▲ (1)	42
setor dos Administrados (%)	1,10	1,00	1,00 = (3)	27	3,80	3,80	3,63 ▼ (1)	26	3,70	3,60	3,50 ▼ (2)	21
setor de produção industrial (% de crescimento)	-3,00	-3,59	-5,35 ▼ (1)	12	2,75	2,50	3,00 ▲ (1)	12	2,38	2,58	2,50 = (1)	11
taxa Corrente (US\$ bilhões)	-35,90	-28,10	-20,50 ▲ (1)	21	-44,00	-38,40	-32,75 ▲ (1)	20	-49,50	-41,30	-38,00 ▲ (1)	15
finança Comercial (US\$ bilhões)	42,50	45,50	47,75 ▲ (1)	23	42,00	45,00	47,35 ▲ (1)	20	43,00	44,81	44,83 = (2)	13
investimento Direto no País (US\$ bilhões)	70,75	64,00	60,00 ▼ (2)	22	79,00	75,00	75,00 = (1)	21	80,00	80,00	80,90 = (8)	16
balança Líquida do Setor Público (% do PIB)	64,15	64,28	64,63 ▲ (2)	22	65,20	65,20	65,90 ▲ (1)	21	68,35	68,53	67,50 ▲ (2)	16
saldo Primário (% do PIB)	-7,52	-8,00	-8,00 = (2)	23	-2,00	-2,06	-2,15 ▼ (1)	22	-1,20	-1,30	-1,40 ▼ (1)	17
saldo Nominal (% do PIB)	-12,00	-12,00	-12,30 ▼ (1)	19	-5,70	-6,00	-6,20 ▼ (1)	18	-5,15	-5,30	-5,50 = (2)	14

comportamento dos indicadores desde o FOCUS-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente



Expectativas de Mercado

5 de junho de 2020

▲ Aumento ▼ Diminuição == Estabilidade

Mediana - Top 5 Curto Prazo

jul/20

jun/20

mai/20

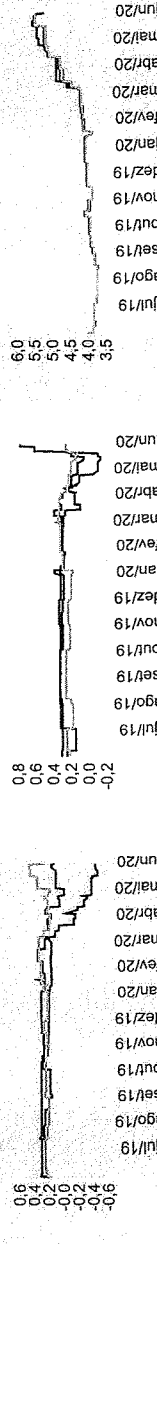
	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *
A (%)	-0,44	-0,38	▲	-0,43	0,10	▲	0,12	0,35	0,25
M (%)	-	-0,10	-	-	-0,13	-	0,61	0,20	0,26
de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	-	5,45	-	-	5,25	▼	5,53	5,20	5,47
Taxa Selic (% a.a.)	-	-	-	-	2,75	▼	2,25	2,25	2,25

* número de respostas na amostra mais recente

mai/20 — jun/20 — jul/20

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic (% a.a.)



Mediana - Top 5 Curto Prazo

2020

2021

2022

2023

	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *
A (%)	1,39	1,95	▲	1,41	3,40	▲	3,30	3,50	3,25
M (%)	4,77	4,12	▲	4,97	4,25	▲	4,50	5,00	3,75
de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,40	4,80	▲	5,40	4,80	▲	5,00	4,80	4,80
Taxa Selic (% a.a.)	2,25	2,50	▲	2,25	3,50	▲	2,50	6,00	6,00

* número de respostas na amostra mais recente

Mediana - Top 5 Médio Prazo

2020

2021

2022

2023

	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *	Há 1 semana	Há 4 semanas	Comp. semanal *
A (%)	1,31	1,97	▲	1,67	3,00	▲	3,25	3,50	3,50
M (%)	5,25	4,87	▲	5,62	3,88	▲	3,50	3,50	3,50
de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,40	5,35	▼	5,20	5,30	▲	5,20	4,80	4,80
Taxa Selic (% a.a.)	2,25	2,50	▲	2,13	3,88	▲	2,75	6,00	6,13

* número de respostas na amostra mais recente

Folha No 26
Proc. No 160/20

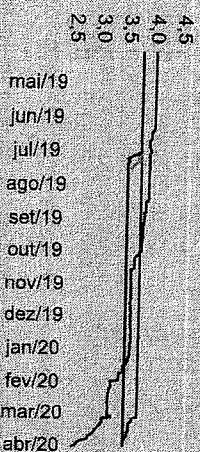
AMF Tabela 1 (Demonstrativo I) - Sistema CECAM - Folha: 1/1

Expectativas de Mercado

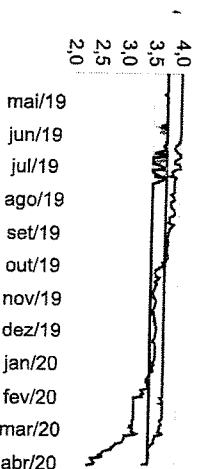
Agregado

Agregado					2020				2021				2022			
	Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Comp. semanal *	Resp. **
IPCA (%)	9,10	2,72	2,52 ▼	(5)	117	3,65	3,50	3,50 =	(1)	108	3,50	3,50 =	(37)	3,50	3,50 =	(37)
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,05	2,44	2,35 ▼	(5)	62	3,62	3,50	3,41 ▼	(1)	56	3,50	3,50 =	(37)	3,50	3,50 =	(37)
PIB (% de crescimento)	1,68	-1,18	-1,96 ▼	(9)	83	2,50	2,50	2,70 ▲	(1)	76	2,50	2,50 =	(103)	2,50	2,50 =	(103)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,35	4,50	4,60 ▲	(1)	104	4,20	4,40	4,47 ▲	(4)	92	4,20	4,30	4,40 ▲	(5)	4,20	4,30
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	3,75	3,25	3,25 =	(1)	111	5,25	4,75	4,50 ▼	(3)	102	6,00	6,00 =	(4)	6,00	6,00 =	(4)
IGP-M (%)	4,00	4,82	4,83 ▲	(6)	67	4,00	4,00	4,00 =	(143)	57	3,75	3,75 =	(5)	3,75	3,75 =	(5)
Preços Administrados (%)	3,30	2,40	2,10 ▼	(11)	30	3,80	3,80	3,80 =	(1)	29	3,75	3,73	3,70 ▼	(2)	3,75	3,70 ▼
Produção Industrial (% de crescimento)	1,63	0,50	-1,42 ▼	(6)	11	2,50	2,70	2,95 ▲	(2)	10	2,50	2,40	2,50 ▲	(1)	2,50	2,40
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-59,00	-52,34	-45,45 ▲	(4)	20	-60,00	-58,50	-52,85 ▲	(1)	18	-64,40	-64,30	-60,00 ▲	(2)	-64,40	-64,30
Balança Comercial (US\$ bilhões)	36,10	34,10	35,00 ▲	(1)	21	34,00	35,00	35,00 =	(1)	18	32,05	34,10	30,00 ▼	(2)	32,05	34,10
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	80,00	76,50	73,00 ▼	(2)	21	83,75	80,00	80,00 =	(1)	19	85,00	82,50	80,00 ▼	(2)	85,00	82,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,50	58,10	60,00 ▲	(4)	19	57,80	60,00	60,73 ▲	(2)	18	58,95	59,60	61,00 ▲	(2)	58,95	59,60
Resultado Primário (% do PIB)	-1,15	-1,65	-4,14 ▼	(5)	23	-0,56	-0,80	-1,00 ▼	(3)	22	-0,10	-0,30	-0,37 ▼	(3)	-0,10	-0,30
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,50	-6,90	-9,02 ▼	(4)	17	-4,97	-5,00	-4,95 ▲	(1)	16	5,00	4,80	4,50 ▲	(2)	5,00	4,80
* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente																

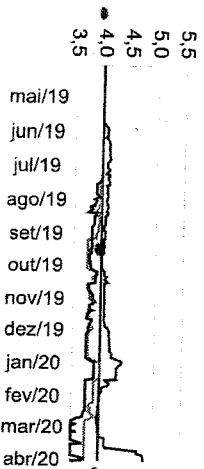
IPCA (%)



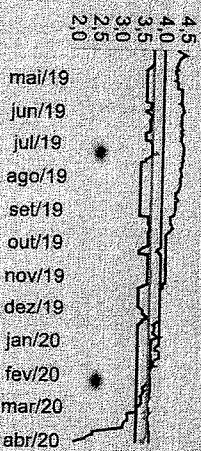
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)



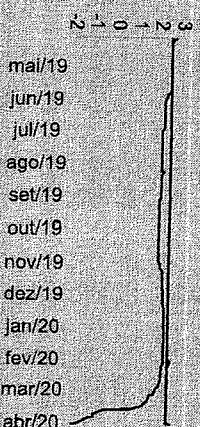
IGP-M (%)



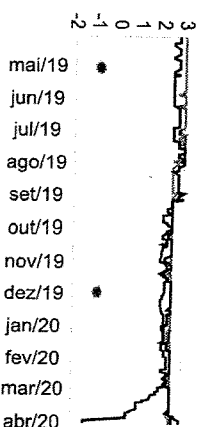
Preços Administrados (%)



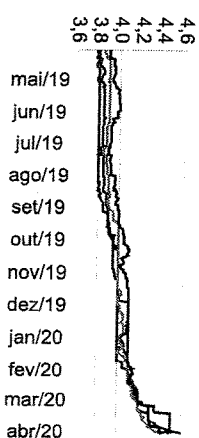
PIB (% de crescimento)



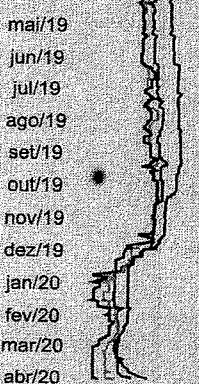
Produção Industrial (% de crescimento)



Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)



Conta Corrente (US\$ bilhões)



Investimento Direto no País (US\$ bilhões),

Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)

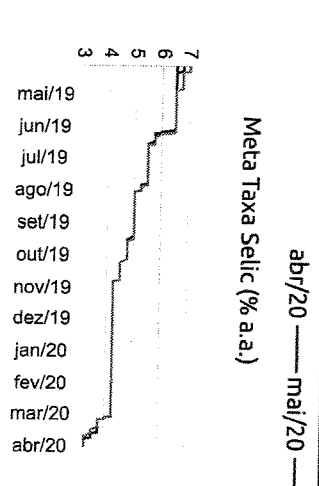
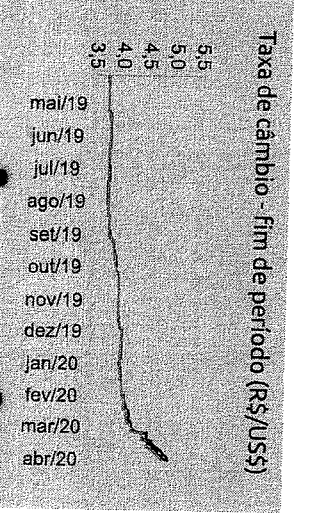
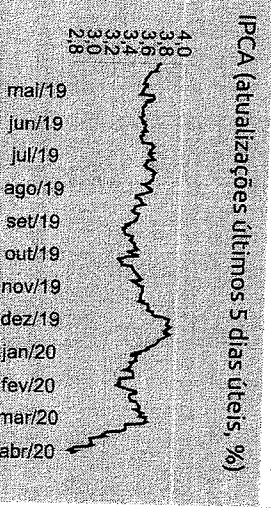
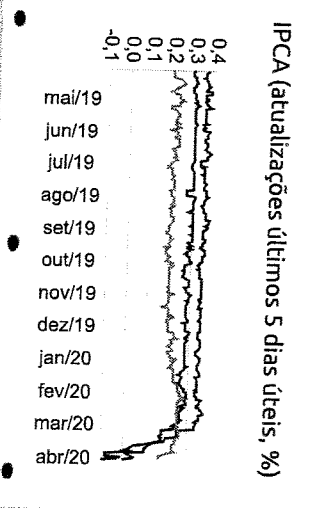
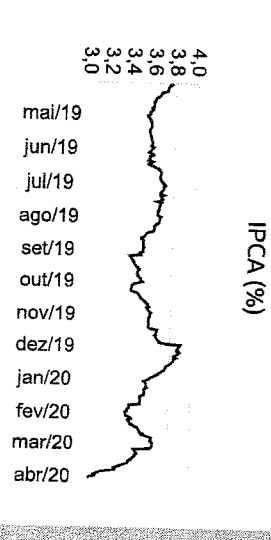
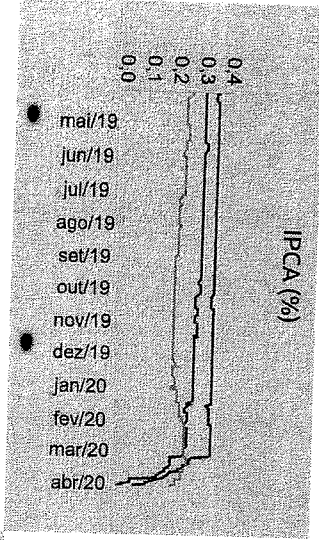
Resultado Primário (% do PIB)

Resultado Nom

Expectativas de Mercado

Agregado

	abr/20			mai/20			jun/20		
	Há 4 Último	Rel. de Rel. de MercadoMercado	Hoje Comp. semanal *	Rel. de Rel. de MercadoMercado	Hoje Comp. semanal *	Rel. de Rel. de MercadoMercado	Há 4 Último	Rel. de Rel. de MercadoMercado	Hoje Comp. semanal *
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	0,28	0,35	0,06 ▼ (5) *	0,20	0,05	0,00 ▼ (3)	0,26	0,22	0,20 ▼ (3)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	0,25	0,01	0,00 ▼ (6)	0,18	-0,08	-0,10 ▼ (3)	0,26	0,21	0,17 ▼ (4)
Meta Taxa Selic (% a.a.)	4,60	4,95	5,00 ▲ (10)	4,50	4,88	5,00 ▲ (10)	4,50	4,80	4,90 ▲ (6)
IGP-M (%)	0,30	0,37	0,40 ▲ (2)	3,75	3,25	3,25 = (1)	0,30	0,30	0,30 = (11)
* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior, os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente									
	67	67	67	111	67	67	103	103	103



Expectativas de Mercado

Top 5 Curto Prazo

IPCA (%)

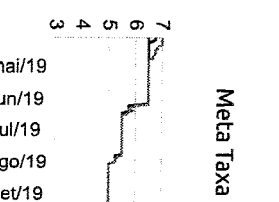
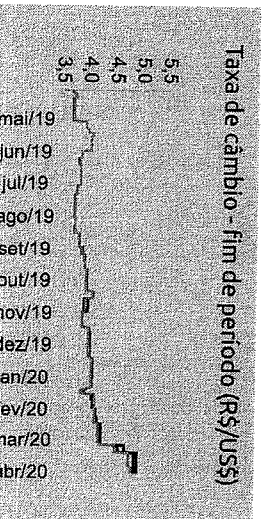
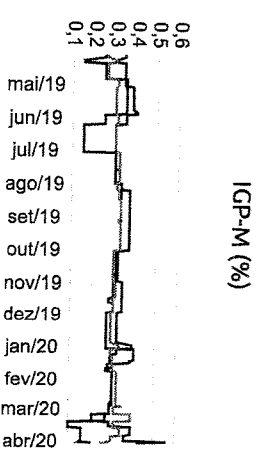
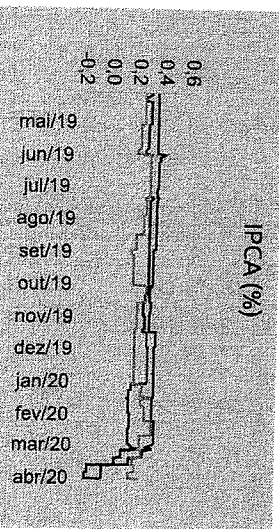
IGP-M (%)

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic (%) a.a.)

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior: os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

Proc. Nº 100/20



abr/20	Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
	0,27	-0,03	-0,04	▼ (1)
	4,72	4,96	4,96	= (3)

mai/20	Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
	0,11	-0,16	-0,04	▲ (1)
	4,60	4,90	4,90	= (3)

Top 5 Curto Prazo

IPCA (%)

IGP-M (%)

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic - fim de período (%) a.a.)

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior: os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

2020

Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
2,92	2,31	2,32	▲ (1)
4,21	4,63	4,56	▼ (1)
4,30	4,50	4,50	= (3)
3,50	3,25	3,25	= (2)

2021

Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
3,48	3,20	3,34	▲ (2)
4,38	4,38	4,00	▼ (1)
4,20	4,20	4,50	▲ (1)
5,00	4,50	3,88	▼ (1)

2022

Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
3,50	3,50	3,50	= (70)
5,00	5,00	5,00	= (11)
4,20	4,20	4,35	▲ (1)
6,00	6,00	6,00	= (4)

Top 5 Médio Prazo

IPCA (%)

IGP-M (%)

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)

Meta Taxa Selic - fim de período (%) a.a.)

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior: os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** número de respostas na amostra mais recente

2020

Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
3,01	2,59	2,62	▲ (1)
4,40	4,56	4,71	▲ (3)
4,63	4,85	5,10	▲ (1)
3,38	3,00	2,75	▼ (3)

2021

Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
3,62	3,56	3,45	▼ (2)
4,68	4,68	3,88	▼ (1)
4,75	4,70	5,20	▲ (1)
5,00	4,00	4,00	= (1)

2022

Há 4 Rel. de Mercado	Último Rel. de Mercado	Hoje semanal *	Comp. semanal *
3,50	3,50	3,50	= (10)
4,75	4,75	3,50	▼ (1)
4,50	5,10	5,45	▲ (1)
6,00	5,75	6,00	▲ (1)

CONTAS REGIONAIS: PRODUTO INTERNO BRUTO

ade – Produto Interno Bruto

Tabela 1

Componentes do Produto Interno Bruto sob as óticas de produção e da renda
Estado de São Paulo – 2002-2017

Folha nº 31
Proc. Nº 100/20

Componentes do PIB	Em milhões de R\$	
	2016	2017
PIB - Ótica de produção	2.038.757	2.119.854
Valor Bruto da Produção	3.447.038	3.568.452
Consumo Intermediário (-)	1.721.730	1.782.618
Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios (+)	313.450	334.020

PIB - Ótica da renda	2.038.757	2.119.854
Remuneração	871.852	907.313
Salários	694.017	719.624
Contribuição social efetiva e imputada	177.836	187.688
Impostos sobre a produção	339.950	362.758
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	313.450	334.020
Outros impostos sobre a produção líquidos de subsídios	26.500	28.738
Excedente Operacional Bruto e Rendimento Misto	826.955	849.783

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Sistema Estadual de A
(...) Dados não disponíveis.

Folha Nº 32
Proc. Nº 760/da
Folha

← → Não seguro | seade.gov.br/pt
Apps | Gmail | YouTube | Maps
da Análise de Dados

Produtos Institucional Imprensa Contato Pesquisas em Campo

INDICADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relógio da População 16/04/2020 10:46:41 ver mapa > 44.572.817	Área (km2) 2020 ver mapa > 248.219,94
PIB (R\$ milhões) 2019 ver mapa > 2.388.247	Número de Municípios 2020 > 645
Importações (US\$ FOB) 2019 ver mapa > 59.382.375.438	Exportações (US\$ FOB) 2019 ver mapa > 51.720.778.594
Esperança de Vida ao Nascer da População Feminina (anos) 2018 > 79,5	Esperança de Vida ao Nascer da População Masculina (anos) 2018 > 73,2

Acesse a Publicação Conheça SÃO PAULO

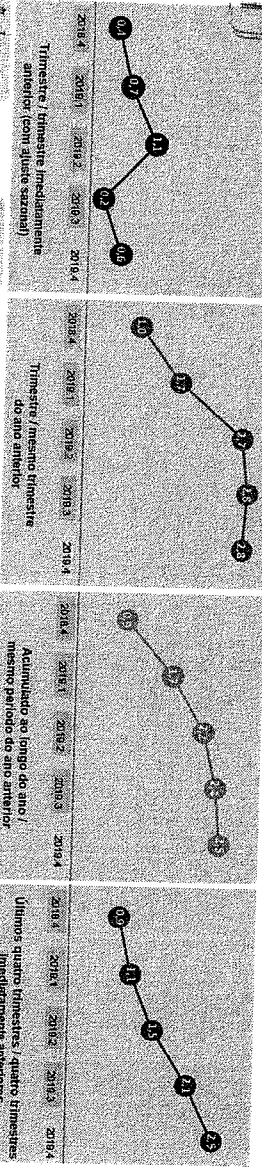
oN 1983
oN 1983

PIB Trimestral **Produto Interno Bruto**

4º trimestre de 2019
 Estado de São Paulo

O PIB paulista cresceu 2,5% em 2019, resultado da comparação entre o acumulado nos últimos quatro trimestres finalizados em dezembro e os quatro trimestres imediatamente anteriores. Em relação ao trimestre anterior, já descontados os efeitos sazonais, o crescimento foi de 0,6%.

Resultados do 4º trimestre de 2019



Acumulado dos últimos quatro trimestres

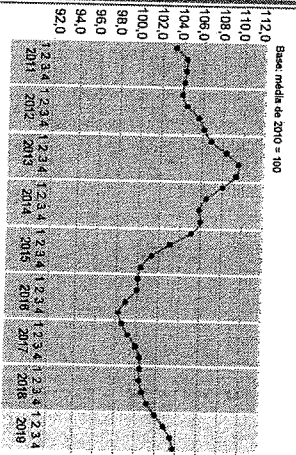


Valores Correntes

(expressas as variações tanto das quantidades produzidas quanto dos preços)
 O Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo do 4º trimestre de 2019 foi estimado em R\$ 632,9 bilhões, sendo R\$ 523,7 bilhões referentes ao Valor Adicionado e R\$ 109,2 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsidios.

	2018.4	2019.1	2019.2	2019.3	2019.4	Total 2019
PIB	632.9	632.9	632.9	632.9	632.9	632.9
IMPOSTOS LÍQUIDOS DE SUBSIDIOS	109.2	109.2	109.2	109.2	109.2	109.2
VALOR ADICIONADO	523.7	523.7	523.7	523.7	523.7	523.7
AGROPECUÁRIA	7.870	35.657	5.400	8.492	119.385	166.724
INDÚSTRIA	89.110	403.139	81.191	108.602	119.385	407.704
SERVIÇOS	386.098	1.441.915	387.832	374.658	381.532	1.532.027

Tendência do Índice do Produto Interno Bruto

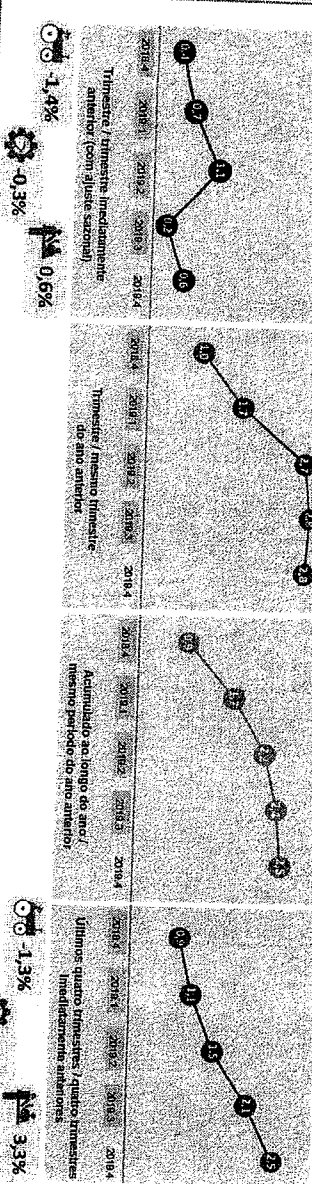


Fonte: Fundação Seade. Nota: Os dados são preliminares e sujeitos a revisão.

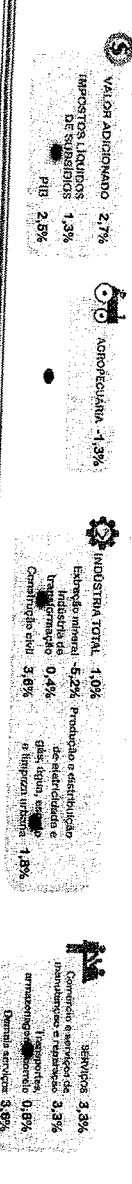
PIB Trimestral Produto Interno Bruto 4º trimestre de 2019 Estado de São Paulo

O PIB paulista cresceu 2,5% em 2019, resultado da comparação entre o acumulado nos últimos quatro trimestres finalizados em dezembro e os quatro trimestres imediatamente anteriores. Em relação ao trimestre anterior, já descontados os efeitos sazonais, o crescimento foi de 0,6%.

Resultados do 4º trimestre de 2019

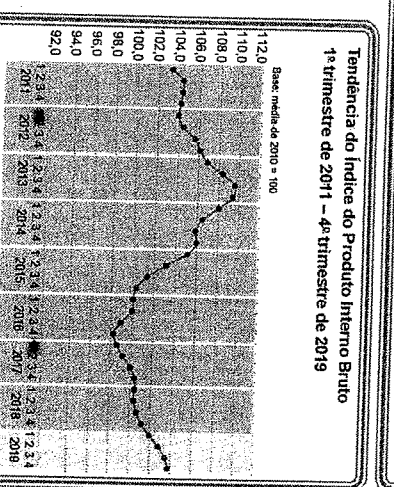


Acumulado dos últimos quatro trimestres



Valores Correntes
(expressam as variações tanto das quantidades produzidas quanto dos preços)
O Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo do 4º trimestre de 2019 foi estimado em R\$ 632,9 bilhões, sendo R\$ 523,7 bilhões referentes ao Valor Adicionado e R\$ 109,2 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

	2018.4	Total 2018	2019.1	2019.2	2019.3	Total 2019
PIB	545.572	2.257.287	558.295	568.193	605.107	2.391.247
IMPOSTOS LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS	92.817	356.987	98.572	94.086	83.484	392.372
VALOR ADICIONADO	452.755	1.899.405	459.723	474.107	521.623	1.995.875
AGROPECUÁRIA	7.970	35.353	5.400	4.492	15.506	30.183
INDÚSTRIA	88.116	403.119	93.161	106.602	110.335	424.654
SERVIÇOS	356.288	1.441.191	357.892	374.855	391.582	1.522.027



Fonte: Fundação Seade. Nota: Os dados são preliminares e sujeitos a revisão.

Preencher com as respectivas informações os campos identificados com a cor

Exercício: 2021

Esfera de Governo: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE

Unidade de valor: R\$ 1,00

Inflação projetada de acordo com índice:

Fonte da projeção dos índices de inflação:	Relatório do Banco Central sobre inflação - Abril 2020
Índice utilizado:	IPCA
Inflação de 2018	3,7500%
Inflação de 2019	4,3100%
Inflação projetada 2020	2,5200%
Inflação projetada 2021	3,5000%
Inflação projetada 2022	3,5000%
Inflação projetada 2023	3,5000%

PIB estadual projetado:

Fonte da projeção do PIB:	Fundação Seade (após foi feita projeção utilizando a inflação projetada)
PIB do estado em 2017 (R\$ 1,00)	2.119.854.000.000,00
PIB do estado em 2018 (R\$ 1,00)	2.237.387.000.000,00
PIB do estado em 2019 (R\$ 1,00)	2.388.247.000.000,00
PIB do estado projetado para 2020 (R\$ 1,00)	2.448.430.824.400,00
PIB do estado projetado para 2021 (R\$ 1,00)	2.534.125.903.254,00
PIB do estado projetado para 2022 (R\$ 1,00)	2.622.820.309.867,89
PIB do estado projetado para 2023 (R\$ 1,00)	2.714.619.020.113,27

Assinaturas (máximo 4):

1 - Nome:	Everton Reich Yebra
1 - Cargo:	Contador
1 - Documento:	CRC 1SP302290/O-0
2 - Nome:	
2 - Cargo:	
2 - Documento:	
3 - Nome:	Eliana dos Santos Silva
3 - Cargo:	Prefeita Municipal
3 - Documento:	CPF 072.970.758-09
4 - Nome:	
4 - Cargo:	
4 - Documento:	

Menu do Produto

IBGE

Séries históricas

Tabela completa de séries históricas

Folia Nº 36
Proc. Nº 760/10
Fls. 1

Variação acumulada no ano durante o Plano Real (%), dezembro 1995 - dezembro 2019

Exportar...

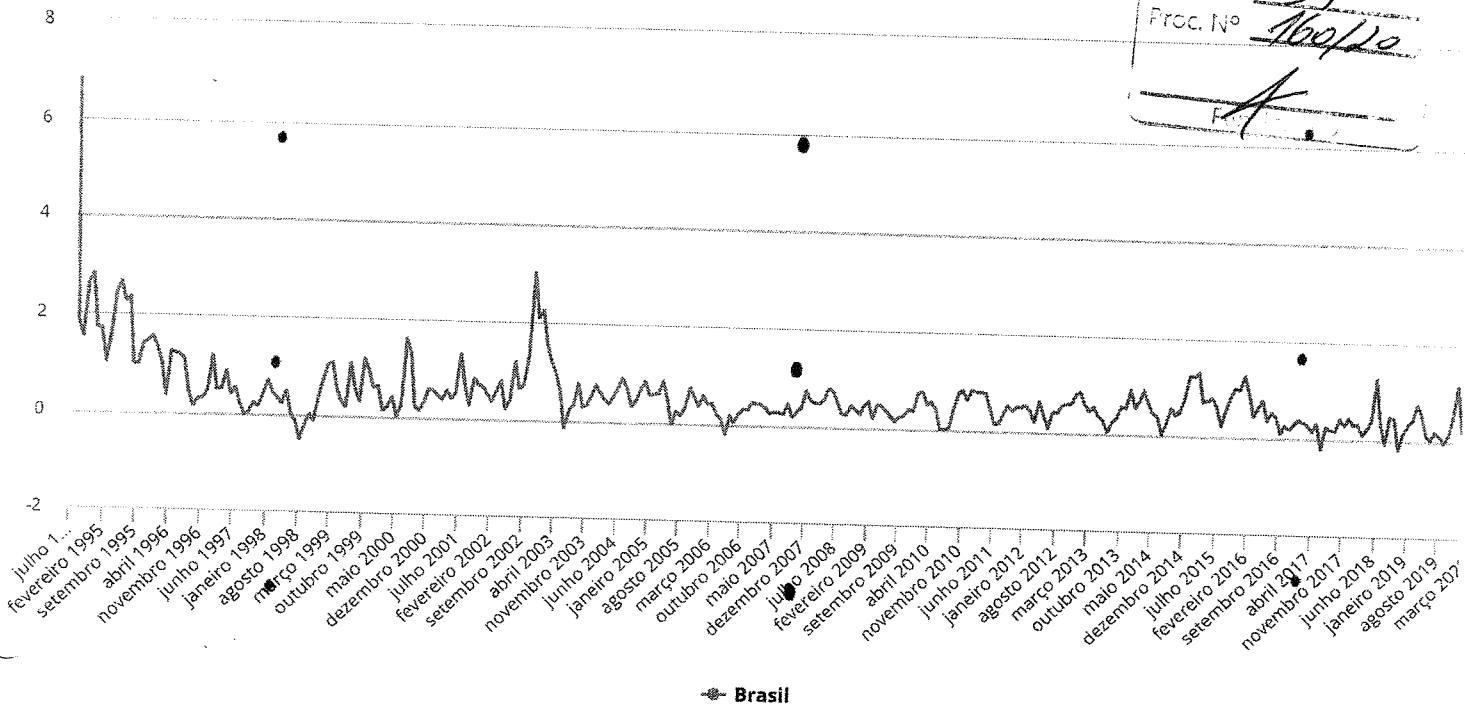
	Brasil
dezembro 1995	22,41
dezembro 1996	9,56
dezembro 1997	5,22
dezembro 1998	1,65
dezembro 1999	8,94
dezembro 2000	5,97
dezembro 2001	7,67
dezembro 2002	12,53
dezembro 2003	9,30
dezembro 2004	7,60
dezembro 2005	5,69
dezembro 2006	3,14
dezembro 2007	4,46
dezembro 2008	5,90
dezembro 2009	4,31
dezembro 2010	5,91
dezembro 2011	6,50
dezembro 2012	5,84
dezembro 2013	5,91
dezembro 2014	6,41
dezembro 2015	10,67
dezembro 2016	6,29
dezembro 2017	2,95
dezembro 2018	3,75
dezembro 2019	4,31

Variação mensal durante o Plano Real (%), julho 1994 - março 2020

Exportar...

12

Folha Nº 37
 Proc. Nº 160/10



Serviços e Monitorados

- Serviços
- Monitorados



Estas informações foram úteis?

Sim

Não

2

DEMONSTRATIVO VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2021

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ 1,00
	Tributo/Contribuição	2021	2022		
A Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande não pretende efetuar qualquer renúncia de receita nos próximos 03 anos				não haverá renúncia	
TOTAL					
FONTE:					

NOTAS:
 No momento não está previsto que haja alguma renúncia de receitas nos próximos três anos

[Assinatura]
 Eliana dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF: 072.970.758-09

[Assinatura]

CR Solis n.

Folha Nº 38
 Proc. Nº 160/10
[Assinatura]


DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

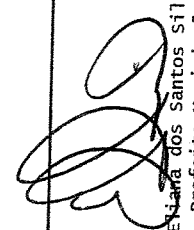
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
ANEXO DE METAS FISCAIS
2021


AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	EVENTO	Valor Previsto 2021	R\$ 1.00
	Aumento Permanente da Receita	-	
	(-) Transferências constitucionais	-	
	(-) Transferências ao FUNDEF	-	
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-	
	Redução Permanente de Despesa (II)	-	
	Margem Bruta (III) = (I+II)	-	
	Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-	
	Impacto de Novas DOCC	-	
	Novas DOCC geradas por PPP	-	
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-	
	FONTE:		

NOTAS:

• Não haverá aumento permanente da receita e nem de redução permanente da despesa, ou seja, neste momento não temos previsão de que isso aconteça.


Evaristo Reich Vieira
 Contador
 CRC 1SP302290/O-0


Evaristo dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF 072.970.758-09

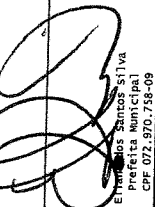
Folha Nº 39
 Proc. Nº 160/10


DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)					RS 1,00
RECEITAS REALIZADAS					
RECITAS DE CAPITAL					
ALIENAÇÃO DE ATIVOS					
Alienação de Bens Móveis	24.108.88	2019 (a)	2018 (a)	2017	
Alienação de Bens Imóveis	24.108.88	2019 (a)	2018 (a)	2017	
TOTAL	24.108.88	2019 (a)	2018 (a)	2017	
DESPESAS LIQUIDADAS					
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS					
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	25.145.00	2019 (b)	2018 (b)	2017	
Investimentos	25.145.00	2019 (b)	2018 (b)	2017	
Investimentos	25.145.00	2019 (b)	2018 (b)	2017	
Amortização da Dívida	25.145.00	2019 (b)	2018 (b)	2017	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.					
Regime Geral de Previdência Social					
Regime Próprio dos Servidores Públicos					
TOTAL	25.145.00	2019 (b)	2018 (b)	2017	
SALDO FINANCEIRO	(2.733.34)	(a-b+c+d)	(a-b+c+d)	(a-b+c+d)	
FONTE:					
PEÇAS CONTÁBIS DO MUNICÍPIO					

NOTAS:
O SALDO FINANCEIRO ACIMA REFERE-SE ÀO SOMENTE AO VALOR DE ALIENAÇÃO NÃO INCLUI OS JUROS ORIGINÁRIOS DA APLICAÇÃO DO SALDO EXISTENTE, NEM MESMO CONTEMPLA O SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR A 2016. PORTANTO O SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2019 É DE R\$ 108.646,75


Emanoel Santos Silva
Prefeito Municipal
CPF: 072.970.738-09


Emanoel Santos Silva
Prefeito Municipal
CPF: 072.970.738-09

Página Nº 40
Proc. Nº 109/20
K


DEMONSTRATIVO VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2021

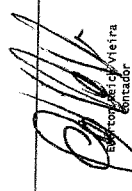
AMF - Tabela 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a)	2017	2018	2019	R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS				
RECEITAS CORRENTES	4.269.977,06	4.152.536,12	2.708.520,16	
Receita de Contribuições	1.600.789,15	1.355.403,49	2.671.237,89	
Pessoal Civil	1.081.286,89	903.083,85	867.022,17	
Pessoal Militar	-	-	-	
Contribuição Patronal do Exercício	519.492,26	452.218,64	1.814.215,72	
Pessoal Civil	519.492,26	452.218,64	1.814.215,72	
Pessoal Militar	-	-	-	
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-	
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-	
Recita Patrimonial	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	2.601.921,82	2.759.268,04	-	
RECEITAS DE CAPITAL	67.286,09	38.264,59	37.282,27	
Alienação de Bens	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-	
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	-	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	4.269.977,06	4.152.536,12	2.708.520,16	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS				
ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Despesas Correntes	198.945,84	231.281,88	234.926,40	
Despesas de Capital	197.854,37	220.343,88	232.987,67	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.291,47	948,02	5.998,73	
Pessoal Civil	1.274.750,48	1.312.139,44	1.498.876,77	
Pessoal Militar	1.274.750,48	1.312.139,44	1.498.876,77	
Outras Despesas Correntes	-	-	-	
Compensação Previd. de apogei. RPPS e RGPS	-	-	-	
Compensação Previd. de Passivos entre RPPS e RGPS	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.475.896,32	1.543.431,32	1.738.803,17	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)	2.794.080,74	2.609.104,80	969.716,99	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRAS DO RPPS	26.836.777,86	29.008.513,11	33.091.634,38	

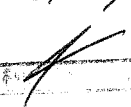
FONTE:

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias - MODELO 4 (artigos 53, inciso II e 55, inciso IV da LC 101/00)

NOTAS:


 Eliana dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF 072.970.758-09


 Carlos Roberto de Viera
 CSC 139382390/0-0

Folha Nº 41
 Proc. Nº 769/20


DEMONSTRATIVO VI - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2021

Folha Nº 42

Proc. Nº 160/12

AMF - Tabela 7 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (D) = (a-b+C)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (=C)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. anterior) + (d)
2020	1.209.305,96	1.743.019,36	437.971,45	971.684,85	28.303.324,54
2021	1.222.621,15	1.873.662,99	331.341,84	982.383,68	28.634.666,38
2022	1.250.392,65	1.807.624,23	447.466,68	1.004.698,26	29.082.133,06
2023	1.262.072,31	1.972.928,53	303.226,72	1.014.082,94	29.385.359,78
2024	1.282.673,92	2.020.371,26	292.939,12	1.030.636,46	29.678.298,90
2025	1.305.530,19	2.043.470,55	311.061,25	1.049.001,61	29.989.360,15
2026	1.323.908,43	2.130.950,06	256.727,01	1.063.768,64	30.246.087,16
2027	1.327.748,44	2.408.794,09	(15.191,53)	1.066.854,12	30.230.895,63
2028	1.160.866,12	4.863.373,75	(2.789.744,50)	932.763,13	27.461.151,13
2029	1.170.176,12	5.050.592,71	(2.940.172,81)	940.243,78	24.520.978,32
2030	1.183.694,32	5.184.874,84	(3.050.074,79)	951.105,73	21.470.903,53
2031	1.172.842,99	5.615.896,39	(3.500.666,77)	942.386,63	17.970.236,76
2032	1.188.346,48	5.722.439,86	(3.579.249,60)	954.843,78	14.390.987,16
2033	1.197.768,82	5.900.502,40	(3.740.318,89)	962.414,69	10.650.668,27
2034	1.215.620,86	5.977.612,98	(3.785.233,21)	976.758,91	6.865.435,06
2035	1.218.607,11	6.224.443,27	(4.026.677,78)	979.158,38	2.838.757,28
2036	1.240.091,29	6.255.449,84	(4.018.937,50)	996.421,05	(1.180.180,22)
2037	1.264.851,08	6.248.871,88	(3.987.705,10)	1.016.315,70	(5.147.885,32)
2038	1.284.361,34	6.299.001,96	(3.982.648,31)	1.031.992,31	(9.130.533,63)
2039	1.303.245,00	6.353.546,94	(4.003.136,49)	1.047.165,45	(13.133.670,12)
2040	1.325.437,61	6.369.576,07	(3.979.141,11)	1.064.997,35	(17.112.811,23)
2041	1.361.193,75	6.240.350,63	(3.795.429,25)	1.093.727,63	(20.898.240,48)
2042	1.394.196,23	6.140.288,46	(3.625.846,90)	1.120.245,33	(24.524.087,38)
2043	1.418.759,25	6.126.040,97	(3.567.289,86)	1.139.981,86	(28.091.387,24)
2044	1.453.117,03	6.010.386,34	(3.389.680,75)	1.167.588,56	(31.481.067,99)
2045	1.489.879,70	5.870.324,98	(3.163.317,69)	1.197.127,59	(34.694.385,66)
2046	1.532.100,10	5.677.444,89	(2.914.292,85)	1.231.051,94	(37.578.678,53)
2047	1.582.587,24	5.600.625,19	(2.782.489,40)	1.255.548,55	(40.361.167,93)
2048	1.595.914,42	5.497.050,58	(2.618.809,02)	1.282.327,15	(42.979.976,95)
2049	169.447,21	5.296.104,37	(4.990.505,28)	136.151,88	(47.970.482,23)
2050	155.952,84	5.115.080,49	(4.833.818,57)	125.309,08	(52.804.300,80)
2051	148.753,34	4.870.372,10	(4.602.094,53)	119.524,23	(57.406.395,33)
2052	140.154,21	4.634.524,93	(4.381.755,95)	112.614,77	(61.788.151,28)
2053	132.782,60	4.384.035,17	(4.144.560,92)	106.691,65	(65.932.712,20)
2054	122.279,63	4.160.982,34	(3.940.450,27)	98.252,44	(69.873.162,47)
2055	114.916,96	3.910.442,35	(3.703.188,90)	92.336,49	(73.576.351,37)
2056	107.585,86	3.661.317,09	(3.467.267,29)	86.453,94	(77.043.618,66)
2057	100.348,09	3.414.686,90	(3.233.708,50)	80.630,31	(80.277.327,16)
2058	93.205,12	3.171.623,00	(3.003.526,88)	74.890,90	(83.280.854,14)
2059	86.201,60	2.933.304,23	(2.777.839,11)	69.263,52	(86.058.693,25)
2060	79.371,61	2.700.890,42	(2.557.743,23)	63.775,58	(88.616.436,48)
2061	72.746,61	2.475.452,01	(2.344.253,05)	58.452,35	(90.960.689,53)
2062	66.354,47	2.257.937,82	(2.138.267,12)	53.316,23	(93.098.956,65)
2063	60.223,41	2.049.307,40	(1.940.694,11)	48.389,88	(95.039.650,76)
2064	54.376,68	1.850.352,53	(1.752.283,85)	43.692,00	(96.791.934,61)
2065	48.830,99	1.661.641,28	(1.573.574,29)	39.236,00	(98.365.508,90)
2066	43.612,38	1.484.060,41	(1.405.405,21)	35.042,82	(99.770.914,11)
2067	38.729,80	1.317.914,03	(1.248.064,59)	31.119,64	(101.018.978,70)
2068	34.193,89	1.163.584,05	(1.101.895,16)	27.475,00	(102.120.873,86)
2069	30.009,49	1.021.175,34	(967.053,04)	24.112,81	(103.087.926,90)
2070	26.176,31	890.738,56	(843.529,42)	21.032,83	(103.931.456,32)
2071	22.687,73	772.027,63	(731.110,17)	18.229,73	(104.662.566,49)
2072	19.536,05	664.780,82	(629.547,43)	15.697,34	(105.292.113,92)
2073	16.711,40	568.662,55	(538.523,44)	13.427,71	(105.830.637,36)
2074	14.199,98	483.202,81	(457.593,08)	11.409,77	(106.288.230,42)
2075	11.983,78	407.789,16	(386.176,34)	9.629,04	(106.674.406,78)
2076	10.041,87	341.709,06	(323.598,48)	8.068,71	(106.998.005,24)
2077	8.352,12	284.209,44	(269.146,34)	6.710,98	(107.267.151,58)
2078	6.891,31	234.500,25	(222.071,73)	5.537,21	(107.489.223,31)
2079	5.636,28	191.793,68	(181.628,61)	4.528,79	(107.670.851,92)
2080	4.565,26	155.348,66	(147.115,18)	3.668,22	(107.817.967,10)
2081	3.658,92	124.507,12	(117.908,24)	2.939,96	(107.935.875,34)
2082	2.900,08	98.685,00	(93.454,69)	2.330,23	(108.029.330,03)
2083	2.272,08	77.315,35	(73.217,64)	1.825,63	(108.102.547,67)
2084	1.757,91	59.818,98	(56.648,58)	1.412,49	(108.159.196,25)
2085	1.340,86	45.627,36	(43.209,11)	1.077,39	(108.202.405,36)
2086	1.005,78	34.225,23	(32.411,30)	808,15	(108.234.816,66)
2087	739,18	25.153,01	(23.819,90)	593,93	(108.258.836,56)
2088	529,04	18.002,45	(17.048,32)	425,09	(108.275.684,88)
2089	366,16	12.459,89	(11.799,52)	294,21	(108.287.484,40)
2090	243,51	8.286,35	(7.847,18)	195,66	(108.295.331,58)
2091	154,76	5.266,08	(4.986,97)	124,35	(108.300.316,55)
2092	93,22	3.172,03	(3.003,91)	74,90	(108.303.322,46)
2093	80,00	2.000,00	(1.900,00)	20,00	(108.305.222,46)

FONTE:
cálculo atuarial SEPREM efetuado em JUNHO DE 2017

NOTAS:

[Assinatura]
 Roberto Reijnders
 Contador
 CRC 15P302290/0-0

[Assinatura]
 Eliana dos Santos Silva
 Prefeita Municipal
 CPF 072.970.758-0

cl Seta

AVALIAÇÃO ATUARIAL - EXERCÍCIO 2018



Instituto de Previdência de Ribeirão Grande - SP

Fevereiro/2019

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke.

cl seta in

ÍNDICE

1. OBJETIVO.....	3
2. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	3
3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE	3
4. HIPÓTESES ATUARIAIS	4
4.1. ELEGIBILIDADE DE CONDIÇÕES A APOSENTADORIA.....	5
4.2. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE	5
4.3. APOSENTADORIA POR IDADE	7
4.4. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	7
4.5. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	8
4.6. PENSÃO POR MORTE	8
5. REGIMES ATUARIAIS.....	8
6. VALIDAÇÃO DOS DADOS	9
7. ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLORATÓRIA DA POPULAÇÃO	9
7.1. VARIAÇÃO DA MASSA DE SEGURADOS.....	9
7.2. ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO	10
8. PLANO DE CUSTEIO ATUAL	15
8.1. CONTRIBUIÇÃO NORMAL DOS ATIVOS.....	16
8.2. CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ENTE	16
8.3. CONTRIBUIÇÃO NORMAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS.....	16
8.4. CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO ENTE.....	16
8.5. ADMINISTRAÇÃO	16
8.6. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	18
9. RESULTADOS INICIAIS.....	20

ce set n

9.1.	APURAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO.....	20
9.2.	RESUMO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....	21
10.	REVISÃO DO PLANO DE CUSTEIO.....	27
10.1.	CONTRIBUIÇÃO NORMAL DOS ATIVOS.....	28
10.2.	CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ENTE.....	28
10.3.	CONTRIBUIÇÃO NORMAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS.....	28
10.4.	CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO ENTE.....	28
10.5.	ADMINISTRAÇÃO.....	30
10.6.	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	30
11.	PARECER ATUARIAL.....	31
12.	PROJEÇÃO MONETÁRIA.....	35
12.1.	PROJEÇÕES DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - CONFORME MPS.....	35
12.2.	PROJEÇÃO - TRIBUNAL DE CONTAS.....	37

[Handwritten signature]
cl. 5.º a 12.º

1. OBJETIVO

A presente Avaliação Atuarial tem como objetivo:

- Dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios;
- Estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio.

2. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Em consonância com o Art. 23 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, a presente Avaliação Atuarial considerou os seguintes benefícios previdenciários:

I. quanto ao segurado:

- a. aposentadoria por invalidez;
- b. aposentadoria por idade;
- c. aposentadoria por tempo de contribuição e idade;
- d. aposentadoria compulsória;
- e. auxílio-doença;
- f. salário-família;
- g. salário-maternidade;

II. quanto ao dependente:

- a. pensão por morte;
- b. auxílio-reclusão.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Para elaborar a presente avaliação atuarial utilizou-se de base, dentre outras, os seguintes normativos:

- A Lei Nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;
- Emenda Constitucional Nº 20, de 15 de dezembro de 1998;
- O Decreto Nº 9.796, de 05 de maio de 1999;
- O Decreto Nº 3.112, de 06 de julho de 1999;
- O Decreto Nº 3.217, de 22 de outubro de 1999;

3

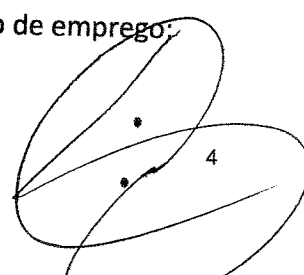
- A Orientação Normativa Nº 10, de 29 de outubro de 1999;
- A Portaria MPAS Nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999;
- Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Lei Complementar Nº 152, de 03 de dezembro de 2015;
- A Portaria MPAS Nº 7.796, de 28 de agosto de 2000;
- A Portaria MPAS Nº 2.346, de 10 de julho de 2001;
- Emenda Constitucional Nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
- Lei Nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- Emenda Constitucional Nº 47, de 05 de julho de 2005;
- Orientação Normativa Nº 01, de 23 de janeiro de 2007;
- A Portaria MPAS Nº 402, de 10 de dezembro de 2008;
- A Portaria MPAS Nº 403, de 10 de dezembro de 2008.
- A Portaria MPAS Nº 204, de 11 de julho de 2008.
- A Portaria MPAS Nº 360, de 30 de março de 2016.
- A Portaria MPAS Nº 563, de 26 de dezembro de 2014.
- A Portaria MF Nº 1, de 3 de Janeiro de 2017.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Em consonância com o Art. 5 da Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, a presente Avaliação Atuarial deverá eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria.

As premissas atuariais adotadas no presente estudo foram:

- Tábua de Sobrevivência de Válidos: **IBGE 2015 F & IBGE 2015 M;**
- Tábua de Mortalidade de Válidos: **AT83 F & AT83 M;**
- Tábua de Mortalidade de inválidos – **IBGE 2015 F & IBGE 2015 M;**
- **Álvaro Vindas**, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez;
- **Não se adotou rotatividade**, "Turn-over" dos Servidores, em relação ao vínculo de emprego;


4

- A taxa real mínima de crescimento da remuneração ao longo da carreira será de **1,00% (hum por cento)** ao ano;
- Ter começado a trabalhar aos **24 (vinte e quatro anos de idade)**, quando não informado o tempo de INSS anterior;
- A taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial estabelecida para as aplicações dos recursos do RPPS na Política de Investimentos do RPPS foi de **6% (seis por cento)** ao ano;
- As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial do provento terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- Regime de financiamento utilizado, Crédito Unitário Projetado - (PUC)
- **Composição Familiar:** Na falta de informação, considerou homem mais velho do que a mulher em 4 anos.
- **Para os benefícios já concedido:** utilizou a composição real.

4.1. ELEGIBILIDADE DE CONDIÇÕES A APOSENTADORIA

Para o cálculo, a elegibilidade e a manutenção dos benefícios foram consideradas no que foi pertinente às regras de transição, permanentes e de direito adquirido previstas na Constituição Federal com redações acrescentadas pela Emenda Constitucional nº. 20/1998, Emenda Constitucional nº. 41/2003 e Emenda Constitucional nº. 47/2005, de acordo com o apresentado nos tópicos a seguir.

4.2. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE

A aposentadoria por tempo de contribuição e idade consiste em garantir uma renda mensal vitalícia ao segurado, depois de satisfeitas as condições necessárias para sua concessão.

a. Regra de transição

O servidor que tenha ingressado no serviço público até 31/12/2003 poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo que se der a aposentadoria, desde que preencha concomitantemente os seguintes requisitos.

- se homem, idade de 60 anos e tempo de contribuição de 35 anos;
- se mulher, idade de 55 anos e tempo de contribuição de 30 anos;

5

- 20 anos de serviço público;
- 10 anos de carreira;
- 5 anos no cargo que se der a aposentadoria.

O segurado-ativo professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terá os requisitos de idade e tempo de contribuição reduzido em cinco anos.

b. Regra de Transição

O servidor que tenha ingressado no cargo efetivo até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com os proventos, limitados do servidor no cargo efetivo, calculados a partir da média aritmética simples de a 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde início das contribuições, se posterior àquela competência, desde que atenda os seguintes requisitos:

- se homem, idade de 53 anos e tempo de contribuição de 35 anos;
- se mulher, idade de 48 anos e tempo de contribuição de 30 anos;
- 5 anos no cargo que se der a aposentadoria; e
- acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, para atingir o tempo total de contribuição.

Para o segurado-ativo professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terá os requisitos de tempo de contribuição acrescidos de 17% se homem e 20% se mulher do tempo de efetivo exercício até 16 de dezembro de 1998.

Para os Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU terão os requisitos de tempo de contribuição acrescidos de 17% se homem e 20% se mulher do tempo de efetivo exercício até 16 de dezembro de 1998.

c. Regra permanente

Com o provento limitado à remuneração de efetivo do respectivo servidor, calculado a partir da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições

6

do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde início das contribuições, se posterior àquela competência, desde que acumule os seguintes requisitos:

- se homem, idade 60 anos e tempo de contribuição de 35 anos;
- se mulher, idade de 55 anos e tempo de contribuição de 30 anos;
- 10 anos no efetivo do serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

O segurado-ativo professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio terá os requisitos de idade e tempo de contribuição reduzida em cinco anos.

4.3. APOSENTADORIA POR IDADE

Com o provento limitado à remuneração de efetivo do respectivo servidor, calculado a partir da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde início das contribuições, se posterior àquela competência, proporcional ao tempo de contribuição, desde que atenda aos seguintes requisitos:

- se homem, idade 65 anos;
- se mulher, idade de 60 anos;
- 10 anos no efetivo do serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

4.4. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

O segurado aposenta compulsoriamente aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição limitado à remuneração de efetivo do respectivo servidor, calculado a partir da média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde início das contribuições.

7

4.5. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

A aposentadoria por invalidez consiste em uma renda mensal vitalícia ao segurado que foi considerado totalmente inválido para o exercício da atividade remunerada e incapaz de readaptação, em exame médico realizado por uma junta médica indicada pelo regime. A renda ser-lhe-á paga enquanto permanecer na condição de inválido, podendo ser proporcional ou integral de acordo com os normativos legais.

O benefício de invalidez permanente será com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável na forma da lei.

4.6. PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte consiste em uma renda mensal, vitalícia ou temporária, de acordo com a situação do(s) beneficiário(s) do segurado, quando do seu falecimento, correspondendo a:

- a) totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou
- b) totalidade da remuneração do servidor efetiva a data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

5. REGIMES ATUARIAIS

A estrutura atuarial utilizada para o cálculo do financiamento dos benefícios foi a seguinte:

a. **Capitalização:**

Para a aposentadoria especial, aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição e compulsória e pensão por morte de aposentado.

b. **Repartição de Capitais de Cobertura:**

Para a aposentadoria por invalidez e pensão por morte de segurados em atividade.

c. **Repartição Simples:**

Para o salário-família, salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio-reclusão.

6. VALIDAÇÃO DOS DADOS

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefício, para o **exercício de 2018**, foi por nós realizados com base em dados dos Participantes Ativos, Inativos, respectivos dependentes e Pensionistas referentes à **31/12/2017**.

Tais informações nos foram encaminhadas pelo Regime, sendo sua veracidade de exclusiva responsabilidade do Instituto. Não obstante, aplicamos testes visando a simples detecção de casos incomuns, os quais indicaram serem suficientes para a realização dos estudos atuariais.

Cabe destacar que todas as inconsistência na base de dados dos Servidores Ativos e inativos foram sanadas, logo, não tivemos nenhuma inconsistência, conforme abaixo:

Quadro 1 – Validação da base de dados

	Enviados	Calculados	Inconsistências
Servidores Ativos	295	295	0
Aposentados	28	28	0
Pensões	20	20	0

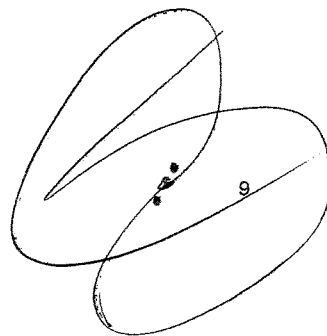
Fonte: Base cadastral de 31 de dezembro de 2017.

7. ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLORATÓRIA DA POPULAÇÃO

Os dados analisados englobam os servidores ativos, inativos, respectivos dependentes e pensionistas de responsabilidade do Regime Próprio de Previdência Social.

7.1. VARIAÇÃO DA MASSA DE SEGURADOS

Os dados recebidos foram agrupados e tabulados, de acordo com a necessidade do estudo, sendo os resultados estatísticos detalhados nos tópicos posteriores. Desse modo, cumpre registrar que, conforme apresentado no quadro 2, percebemos que no geral, não ocorreu variação expressiva da massa de segurados no período considerado entre última avaliação e atual avaliação.



Quadro 2 – Variação da massa de participantes

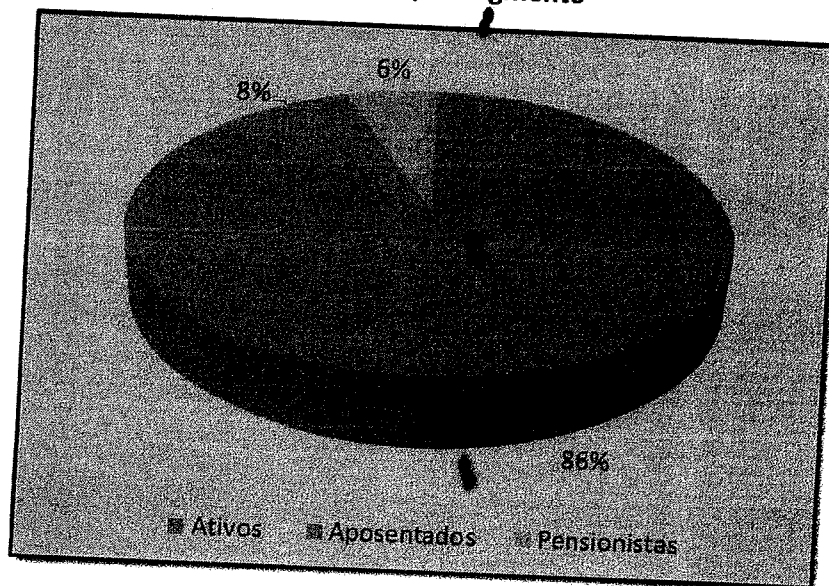
Segurados	Anos		Variação (%)
	dez/17	dez/16	
Ativos	295	339	-13,0
Inativos	28	27	3,7
Pensionistas	20	18	11,1
Geral	343	384	-10,9

Fonte: Base cadastral de 31 de dezembro de 2017.

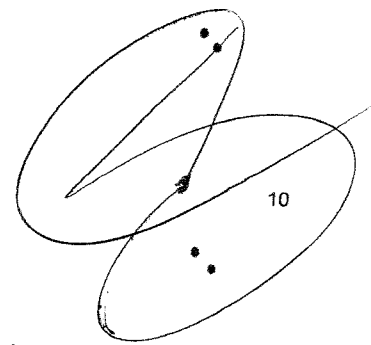
7.2. ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO

O contingente populacional para cada um dos segmentos analisados apresentou a seguinte distribuição, assim como a composição quanto aos gastos com pessoal, bem como as características de que seguem nas apresentações a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição da população estudada por segmento



Fonte: Base Cadastral 31 de dezembro de 2017.

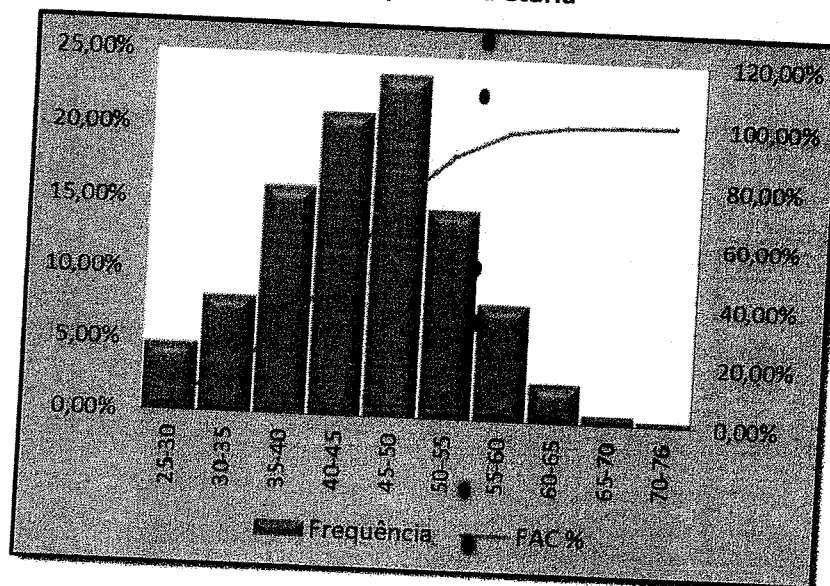


Quadro 3 - Estatística dos servidores ativos.

Servidores Ativos			
Estatística da População			
Sexo	F	M	Total geral
Nº de Servidores			
Servidor mais Novo	152	143	295
Média de Idade	26	25	25
Servidor Mais Velho	44	46	45
Menor Remuneração	62	71	71
Média de Remuneração	937,00	937,00	937,00
Maior Remuneração	2169,51	2108,86	2140,11
Total de Remunerações	5901,90	7305,96	7305,96
	329765,00	301566,76	631331,76

Fonte: Base Cadastral 31 de dezembro de 2017.

Gráfico 2 - Distribuição dos servidores ativos por faixa etária



Fonte: Base Cadastral 31 de dezembro de 2017.